



**Medição de Resultados: O “Scorecard” (Ficha de Avaliação)  
de Consolidação de Parques em Perigo**



## PREFÁCIO

Nos dez anos transcorridos desde a sua criação, o programa Parques em Perigo trabalhou com organizações locais da América Latina e do Caribe no fortalecimento da capacidade local para conservar parques e reservas de importância biológica. Para todos, o processo foi de colaboração, criatividade e aprendizagem. Até agora, nunca se havia lançado um esforço aplicado tão amplamente, e ao mesmo tempo unificado, à conservação de áreas protegidas. A experiência permitiu que The Nature Conservancy, as organizações não governamentais sociais e outras associações para a conservação colaborem em matéria de ferramentas e metodologias para a conservação com aplicações amplas aos problemas de conservação no hemisfério. Uma das ferramentas centrais que se desenvolveu foi o “Scorecard” (Ficha de Avaliação) para a Conservação do Sítio. Este é o resultado de um esforço plurianual de parte de TNC e seus parceiros para desenvolver um guia que permita aos administradores da conservação medir seus resultados, ajudando a orientar o ciclo de monitoração, manejo e planejamento do programa. O “Scorecard”, que identifica 16 áreas diferentes a serem consideradas dentro de qualquer estratégia para o manejo de uma área protegida, está sendo aplicado diretamente nas áreas protegidas do programa de Parques em Perigo. Não obstante, este também deve ser útil para qualquer organização encarregada do manejo de sítios com importância biológica. Efetivamente, muitas organizações públicas e privadas o adotaram como um modelo no qual se baseiam instrumentos similares que estruturam o manejo de sua conservação.

The Nature Conservancy agradece profundamente a muitas pessoas e organizações por toda a visão e esforço que este “Scorecard” representa. Em primeiro lugar, ao pessoal das organizações sociais que trabalharam incansavelmente em áreas remotas, e que conseguiram formar coalizões locais para a conservação onde outros haviam fracassado. São estes os indivíduos que realmente comprovaram a utilidade da estratégia de Parques em Perigo. Além disso, este trabalho teria sido impossível sem o esforço meticuloso do pessoal regional de conservação de TNC. Finalmente, sem os esforços de Joe Keenan e Jerry Touval não se teria escrito este manual, que descreve a filosofia e aplicação pragmática do “Scorecard”.

Bradford C. Northrup, Diretor  
Operações de Conservação  
Programa Internacional  
The Nature Conservancy  
Março de 1999



## **Medição de Resultados: O “Scorecard” (Ficha de Avaliação) de Consolidação de Parques em Perigo**

### **Introdução**

A missão de The Nature Conservancy (TNC) é preservar as plantas, animais e comunidades naturais que representam a diversidade da vida na Terra, mediante a proteção das terras e águas de que estes necessitam para sobreviver. No nível internacional, o enfoque de TNC tem sido o apoio aos países para fortalecer os sistemas de áreas naturais protegidas. A parte central desta iniciativa é o programa Parques em Perigo, um programa plurianual e multinacional financiado principalmente pela Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID). Através do programa, TNC proporciona capacitação, assistência técnica e recursos financeiros a organizações conservacionistas dos países envolvidos para fazer com que as áreas protegidas sejam funcionais. Posteriormente, estas organizações continuam o trabalho de proteção das áreas em forma indefinida, seja diretamente como gerentes dos sítios ou como grupos de apoio.

Com o propósito de avaliar os resultados alcançados pelo Programa Parques em Perigo, desenvolvemos uma série de indicadores para medir a “funcionalidade” de uma área protegida (ou seja, a capacidade da área para conservar sua biodiversidade indefinidamente). Estes indicadores nos permitem identificar os resultados alcançados, além de outras aplicações no trabalho que realizamos nas áreas protegidas. Para nossos propósitos, uma área protegida funcional ou “consolidada” tem que alcançar certos pontos de referência predefinidos em 16 indicadores-chave da funcionalidade. Chamamos estes pontos de referência e indicadores de “Scorecard” (Ficha de Avaliação) de Consolidação de Parques em Perigo, que se descreve a seguir.

### **O Programa Parques em Perigo de The Nature Conservancy**

O programa Parques em Perigo é uma parceria entre os setores público e privado que tem como fim conseguir a proteção a longo prazo dos parques e reservas mais ameaçados e com maior significado biológico na América Latina e no Caribe. O programa foi iniciado em 1990, como uma iniciativa de emergência para proteger estes parques e conservar os ecossistemas e comunidades naturais, bem como as espécies em perigo neles contidas. O programa fortalece a capacidade de organizações privadas, governos e conservacionistas locais para desenvolver áreas protegidas funcionais e sustentáveis.

Nos anos que transcorreram desde sua criação, o programa Parques em Perigo tornou-se conhecido por conseguir que os “parques de papel” se transformem em áreas protegidas funcionais. O programa contribuiu para proteger florestas nebulosas, recifes de coral, florestas tropicais, savanas, campos desertos e outros ecossistemas ameaçados em 12 países e 29 áreas protegidas, com uma extensão de aproximadamente 9 milhões de hectares. O programa construiu postos florestais, capacitou guardas florestais e demais pessoal de parque, promoveu a participação das comunidades locais e proporcionou apoio financeiro e assistência técnica a

organizações conservacionistas locais. Parques em Perigo também promoveu e alavancou apoio local, nacional e internacional para a conservação destas áreas protegidas.

### **Medição do êxito do Programa Parques em Perigo: o conceito de consolidação de área protegida**

Desde o início do programa se tornou evidente a necessidade de medir resultados. Havia necessidade de desenvolver um sistema de medição que contribuísse ao seguinte: (1) fixar objetivos plurianuais para o apoio de Parques em Perigo a uma área protegida específica e para que os programas de conservação das áreas protegidas continuem funcionando ano após ano, não obstante as inevitáveis mudanças de pessoal; (2) permitir que TNC e USAID identifiquem quando foram alcançados os objetivos do programa Parques em Perigo ou quando não se havia avançado o suficiente. Estes dois pontos poderiam também ser úteis em decisões futuras sobre financiamento.

A fim de definir as condições que se alcançariam ao finalizar a ajuda do programa Parques em Perigo para uma área protegida, os funcionários de TNC e USAID desenvolveram, junto com organizações sociais na América Latina e no Caribe, o conceito de “consolidação de área protegida”. Uma área protegida consolidada conta com as ferramentas, a infra-estrutura e o pessoal para enfrentar as ameaças e os desafios de manejo atuais, assim como com a capacidade de responder às ameaças que possam apresentar-se no futuro. Ou seja, conta com o necessário para ser funcional.

Como primeiro passo na definição da funcionalidade de uma área protegida, foram identificados quatro indicadores gerais de consolidação da área protegida:

(1) atividades básicas de proteção da área protegida; (2) capacidade de manejo no longo prazo; (3) financiamento de longo prazo para o manejo básico da área protegida; e (4) o apoio de grupos ativos locais à área protegida. Dentro destas quatro categorias, TNC, USAID e os parceiros identificaram 16 critérios que, juntos, permitem medir a funcionalidade de uma área protegida com maior precisão e, portanto, ajudam a medir o nível de consolidação de uma área protegida.

Estes 16 critérios formam a base da ferramenta conhecida como o “Scorecard” de Consolidação de Parques em Perigo. Ao medir a funcionalidade, o “Scorecard” proporciona um meio para sondar o progresso da área protegida com relação à meta de Parques em Perigo. Como os 16 critérios permanecem inalterados através da duração do projeto, o progresso anual e de todo o projeto pode ser medido de forma simples e a baixo custo. O “Scorecard” permite que USAID, TNC e os grupos de parceiros avaliem o avanço e, por sua vez, dirijam os recursos da maneira mais adequada para alcançar os objetivos de consolidação.

Os 16 indicadores utilizados para medir a funcionalidade de uma área protegida são os seguintes:

- A. Atividades básicas de proteção
  1. Infra-estrutura física
  2. Pessoal na área protegida
  3. Capacitação
  4. Posse da terra
  5. Análise de ameaças
  6. Declaração oficial de área protegida
  - 7.
- B. Manejo de longo prazo
  1. Zoneamento da área protegida e manejo da zona de amortecimento
  2. Plano de manejo a longo prazo para a área protegida
  3. Avaliação das necessidades científicas para a conservação
  4. Desenvolvimento e execução do programa de monitoração
- C. Financiamento de longo prazo
  1. Plano para a auto-suficiência da ONG
  2. Plano para o financiamento a longo prazo da área protegida
- D. Apoio dos grupos ativos locais
  1. Comitê de manejo (CM) e/ou comitê assessor técnico (CAT) de base ampla
  2. Participação comunitária no uso compatível dos recursos
  3. Desenvolvimento da agenda política nos níveis nacional, regional e local
  4. Programas de educação ambiental

O “Scorecard” de Consolidação de Parques em Perigo se baseia em experiências de conservação na América Latina e no Caribe entre 1990 e 1997. No futuro, poderia ser necessário desenvolver outros indicadores para projetos de conservação com circunstâncias diferentes em distintas partes do mundo. Além disso, o “Scorecard” talvez tenha que ser atualizado à medida que aumenta nossa experiência.

### **Como funciona o “Scorecard” de Consolidação de Parques em Perigo**

O “Scorecard” é mais efetivo quando se utiliza como ferramenta de auto-avaliação. Em geral, o grupo de parceiros que está executando o projeto avalia, muitas vezes em conjunto com o pessoal de TNC, o progresso de uma área protegida no sentido da consolidação. A avaliação “inicial” das condições da área protegida proporciona a informação básica para medir o futuro progresso. As auto-avaliações de acompanhamento são realizadas periodicamente, seja semestral ou anualmente.

O “Scorecard” mede as mudanças na consolidação de uma área protegida; não é uma medida do desempenho do parceiro ou de TNC. Esta ferramenta reflete *todas* as atividades de conservação realizadas em uma área protegida, não somente aquelas financiadas pelo programa Parques em Perigo. Na maioria dos casos, TNC não é a única fonte de financiamento para uma área protegida. O propósito do “Scorecard” é medir o grau de consolidação da área protegida –

independentemente da fonte de financiamento para as atividades específicas – a fim de identificar as ações que faltam para que a área protegida se torne funcional.

Cada um dos 16 indicadores do “Scorecard” se divide em cinco pontos de referência. O “Scorecard” foi estruturado de tal maneira que cada um dos cinco pontos de referência reflete um nível similar de progresso em todos os indicadores. Em linhas gerais, os níveis podem ser descritos da seguinte maneira:

- 5 = Excelente (está assegurado o manejo apropriado da área protegida)
- 4 = Suficiente (a área protegida é funcional)
- 3 = Registrou-se progresso (a área protegida se encontra no rumo da funcionalidade, mas ainda não a alcançou)
- 2 = O trabalho foi iniciado (registrou-se pouco progresso real para a funcionalidade da área protegida)
- 1 = Não se fez nenhum trabalho (a área protegida não é funcional)

Em geral, uma área protegida que conseguiu “4” nos 16 indicadores é considerada consolidada, ou uma área protegida funcional. Todavia, as circunstâncias específicas das áreas protegidas variam, e cabe ao encarregado do projeto em TNC e aos parceiros no país determinar o nível de resultados para cada indicador, a fim de representar da melhor maneira a consolidação de uma área protegida específica. Segundo o caso, TNC e seus parceiros podem decidir quando certos indicadores não se aplicam a uma área protegida. Portanto, pode ser possível conseguir a consolidação de uma área protegida sem que esta tenha alcançado “4” em cada indicador. Idealmente, esses critérios devem ser estabelecidos no começo do projeto, quando se definem as condições básicas.

### **O que o “Scorecard” faz e o que não faz**

O “Scorecard” funciona como ferramenta de manejo de projetos para TNC, USAID e os parceiros. Permite que os gerentes avaliem o progresso em uma área protegida específica através do tempo. Por sua vez, facilita a informação para que os encarregados de Parques em Perigo registrem os avanços em toda a carteira do programa.

O “Scorecard” permite que os gerentes de áreas protegidas e projetos avaliem o avanço em direção às metas plurianuais de cada área protegida. Da mesma maneira, permite que estas mesmas pessoas identifiquem áreas que *não* registram o progresso planejado e que podem requerer uma infusão adicional de recursos humanos, técnicos e/ou financeiros. Neste sentido, o “Scorecard” é uma ferramenta útil para o manejo do projeto.

Como metodologia de avaliação aplicada em todas as áreas protegidas de Parques em Perigo, o “Scorecard” permite que o pessoal encarregado do programa determine o avanço em uma série de áreas protegidas com características distintas. O “Scorecard” também destaca áreas programáticas que podem requerer um maior ou menor investimento de recursos financeiros. Ao utilizar o “Scorecard”, o pessoal que maneja o programa pode determinar os avanços anuais do programa e pode tomar decisões sobre a destinação de recursos. O “Scorecard” foi projetado

para que TNC, USAID e os parceiros do país possam dirigir assistência técnica e financeira para onde mais se necessita, com o fim de alcançar os objetivos de consolidação da área protegida. O “Scorecard” foi projetado para medir o progresso das áreas protegidas para a consolidação e não pretende medir o impacto direto da conservação nem o resultado alcançado por uma área protegida específica no que concerne à redução de ameaças. É um instrumento que mede os *processos* que levam à consolidação das áreas protegidas e a *capacidade* das áreas protegidas para reduzir as ameaças.

O “Scorecard” tampouco mede a conservação da biodiversidade na área protegida. Todavia, um dos 16 indicadores, o do plano de monitoração, enfoca a medição da biodiversidade. Se aplicado corretamente, um plano de monitoração para uma área protegida específica proporciona uma medição constante das ameaças e do impacto das ações de manejo sobre a conservação.

### **Que ocorre depois da consolidação da área protegida**

O “Scorecard” pode ser utilizado como um mapa que permite aos gerentes visualizar claramente a direção futura da área protegida e de seu programa de conservação. Além disso, permite que estas pessoas decidam quais atividades continuam sendo necessárias para conseguir a consolidação. É claro que a consolidação não é o fim do caminho para uma área protegida, mas o primeiro passo importante para conseguir a conservação sustentável de uma área protegida.

Ao final do apoio do programa Parques em Perigo, se o “Scorecard” foi utilizado para guiar a consolidação da área protegida, este deve dispor de uma série de ferramentas estratégicas ou produtos de consolidação que servem de guia para o manejo futuro da área. Cabe mencionar entre estas ferramentas os seguintes produtos: um plano de capacitação para o pessoal da área protegida, um mapa de posse de terras da área protegida e áreas circundantes, uma análise das ameaças específicas à biodiversidade da área protegida, um plano de manejo a longo prazo, um plano de monitoração relacionado com as ameaças, um plano financeiro a longo prazo, uma avaliação das necessidades científicas e de informação e um plano de promoção de políticas governamentais para apoiar a conservação da área protegida. TNC e seus parceiros colaboram estreitamente para que estes produtos sejam de alta qualidade e reflitam o progresso verdadeiro em direção à consolidação.

A consolidação bem sucedida de uma área protegida proporciona aos gerentes um registro comprovado do êxito da conservação. Um processo de planejamento baseado na análise, como o que oferece o “Scorecard”, chamará a atenção de doadores que buscam bases sólidas para fundamentar suas decisões de investimentos na conservação. As áreas protegidas consolidadas terão um histórico documentado de resultados aos quais poderão referir-se para gerar apoio adicional em suas iniciativas de conservação de áreas protegidas.

O processo de consolidação de áreas protegidas aproximará os parques de seu objetivo final: converter-se em parques perpetuamente. Com o apoio da USAID e outros doadores, The Nature Conservancy e seus parceiros começaram a prestar ajuda para que áreas protegidas de importância mundial se submetam a esta transformação. O “Scorecard” de consolidação é uma ferramenta para alcançar este objetivo de forma sistemática e eficiente e com máxima possibilidade de êxito.

## “SCORECARD” (FICHA DE AVALIAÇÃO) DE CONSOLIDAÇÃO DE PARQUES EM PERIGO

### A. ATIVIDADES BÁSICAS DE PROTEÇÃO

#### Indicador A1 de Parques em Perigo: Infra-estrutura física

Descrição do Indicador: A infra-estrutura física se refere às melhoras na área protegida (incluindo postos da guarda florestal, sistemas de rádio, veículos, demarcação de limites, rótulos educativos e letreiros relacionados com o manejo, sistemas de trilhas, etc.), necessárias para o manejo efetivo da área protegida. A infra-estrutura necessária para o manejo básico da reserva varia para cada área protegida. Os grupos que participam no manejo da reserva são os mais adequados para determinar as necessidades específicas de infra-estrutura da área protegida. Se possível, o plano de manejo da área protegida deve ter uma descrição explícita da infra-estrutura necessária para assegurar o manejo básico. *Para que uma área protegida se considere consolidada deve-se dispor, no mínimo, da infra-estrutura básica necessária para o manejo do parque.*

Pontos de Referência:

5 =	Existe toda a infra-estrutura física necessária para o manejo básico da reserva (segundo definição do parceiro de PeP, pode incluir postos da guarda florestal, sistemas de rádio, veículos, demarcação de limites, rótulos educativos e letreiros relacionados com o manejo, sistemas de trilhas, etc.)
4 =	Existe a maior parte da infra-estrutura física necessária para o manejo básico da reserva
3 =	Existe alguma infra-estrutura para o manejo básico da reserva, mas há lacunas consideráveis
2 =	Existe pouca infra-estrutura para o manejo básico da reserva
1 =	Não existe infra-estrutura para o manejo da reserva

Diretrizes dos Pontos de Referência: O gerente deve avaliar se, nas condições atuais, não há infra-estrutura ou existe pouca, alguma, quase toda ou toda a infra-estrutura física para o manejo básico da área protegida.

## Indicador A2 de Parques em Perigo: Pessoal da área protegida

Descrição do Indicador: A presença de pessoal na área protegida geralmente é essencial para o manejo efetivo de uma área protegida. Os gerentes são os mais adequados para determinar a dotação apropriada de pessoal na área protegida e também devem avaliar até que ponto o pessoal que não trabalha na área protegida (como, por exemplo, o pessoal técnico em um escritório distante na capital) deve ser considerado “pessoal da área protegida”. Tanto os funcionários governamentais como os não governamentais facultados para executar ações de manejo podem ser considerados como pessoal da área protegida. Muitas vezes, os documentos de planejamento do manejo estabelecem o número de funcionários necessários para realizar as atividades de proteção planejadas. O plano financeiro para a reserva deve identificar fontes sustentáveis de financiamento que cubram os custos de pessoal e outros custos administrativos básicos depois da consolidação. *Para considerar-se consolidada, uma área protegida deve contar com a presença física de suficiente pessoal encarregado das atividades básicas de manejo.*

Pontos de Referência:

5 =	Há suficiente pessoal na área protegida para realizar todas as atividades de manejo planejadas
4 =	O número de funcionários na área protegida é adequado para realizar as atividades de manejo básicas
3 =	O pessoal da área protegida pode executar algumas atividades de manejo
2 =	Há pouco pessoal na área protegida, que não é suficiente para realizar adequadamente as atividades de manejo
1 =	Não há pessoal na área protegida

Diretrizes dos Pontos de Referência: Os pontos de referência para este indicador se referem a um simples aumento numérico de pessoal na área protegida dedicado às atividades de manejo da reserva. No ponto de referência 4, uma área protegida possui suficiente pessoal para as atividades de manejo básicas, como as patrulhas, as relações comunitárias e de extensão, a monitoração, etc. No ponto de referência 5, uma área protegida dispõe de pessoal adicional para executar ações de manejo mais completas.

### **Indicador A3 de Parques em Perigo: Capacitação**

Descrição do Indicador: A presença do pessoal em uma área protegida não é suficiente por si só. O pessoal de uma área protegida também deve ter a capacidade necessária para cumprir suas responsabilidades de manejo. Ainda que a maioria de áreas protegidas proporcione alguma capacitação a seu pessoal, a premissa deste indicador é que a capacitação deve ser feita sistematicamente e partir da análise das capacidades necessárias para que cada integrante do quadro de pessoal funcione eficientemente. Um programa de capacitação sistemático também responde às necessidades de novos funcionários e às novas necessidades do pessoal existente. *Nas áreas protegidas consolidadas identificaram-se as necessidades de capacitação específicas do pessoal da área protegida e forneceu-se alguma capacitação para satisfazê-las.*

Pontos de Referência:

5 =	Identificaram-se as necessidades de capacitação e se iniciou o programa de capacitação sistemática
4 =	Identificaram-se as necessidades de capacitação e foram ministrados alguns cursos básicos
3 =	Identificaram-se as necessidades de capacitação, mas ainda não se iniciaram os cursos
2 =	As necessidades de capacitação estão em processo de identificação
1 =	Não há indícios das necessidades de capacitação do pessoal

Diretrizes dos Pontos de Referência: Esta série de pontos de referência se refere a dois processos diferentes, porém vinculados: (1) a identificação de necessidades de capacitação para o pessoal da área protegida; e (2) a implementação de um programa sistemático de capacitação para abordar estas necessidades. Ainda que de vez em quando seja possível ministrar cursos individuais de capacitação ao pessoal da área protegida de acordo com as oportunidades de capacitação que se apresentem, este indicador se propõe medir a identificação sistemática das necessidades de capacitação do pessoal (pontos de referência 1 a 3) e depois prover programas e cursos de capacitação para garantir que estas necessidades sejam satisfeitas (pontos de referência 4 e 5). Para fins de consolidação, este indicador se refere especificamente ao pessoal da área protegida que está a cargo de atividades de manejo, independentemente de sua relação com a organização. A capacitação de pessoal do parceiro que não atua na área protegida, assim como de líderes comunitários e demais pessoas que não têm a seu cargo atividades de manejo, muitas vezes é uma meta válida, mas não constitui um requisito para alcançar a consolidação.

Produto: O plano de capacitação do pessoal da área protegida deve consistir em uma análise breve de cada cargo, a fim de estabelecer a experiência que o pessoal da área protegida necessita para levar a cabo eficientemente suas tarefas de manejo. Estas necessidades gerais devem ser comparadas com as capacidades existentes no pessoal para determinar as que faltam e devem ser proporcionadas. Depois, estas necessidades específicas devem ser classificadas em ordem de importância e urgência. O resultado, que pode ser apresentado em forma de tabela, descreve as necessidades de capacitação prioritárias para o pessoal da área protegida. Isto pode ser acompanhado de uma descrição das oportunidades de capacitação disponíveis e conhecidas pelos gerentes das áreas protegidas e pelos grupos de apoio das ONGs. TNC possui pessoal técnico que pode proporcionar apoio na identificação de oportunidades de capacitação.

## Indicador A4 de Parques em Perigo: Posse da terra

Descrição do Indicador: A informação adequada e correta sobre posse da terra é indispensável para o manejo efetivo das áreas protegidas. Obter informação confiável sobre posse da terra pode ser sumamente difícil em muitos países. Os gerentes devem determinar que informação sobre posse da terra é necessária para suas iniciativas de manejo. Geralmente, é importante determinar se as terras são públicas, privadas ou comunais e, posteriormente, obter os nomes dos titulares das grandes propriedades privadas. Na medida em que for possível, costuma ser útil reconstruir o histórico de titularidade das grandes propriedades internas e das terras comunais. Idealmente, a informação completa sobre a posse da terra deve basear-se nas fontes oficiais mais recentes, ser verificada no local e apresentada visualmente para facilitar seu uso. Os gerentes geralmente fazem uso desta informação para regulamentar as mudanças na posse da terra (como, por exemplo, novos assentamentos humanos) dentro dos limites da área protegida. *Em uma área protegida consolidada, o gerente disporá da informação necessária sobre a posse da terra e seu uso para tomar medidas de manejo que afetam diferentes tipos de propriedades.*

Pontos de referência:

5 =	O gerente dispõe de informação mais completa sobre a posse da terra e a utiliza
4 =	O gerente dispõe de alguma informação sobre a posse da terra e a utiliza
3 =	O gerente dispõe de alguma informação sobre a posse da terra, mas não a utiliza
2 =	Há acesso inadequado à informação sobre a posse da terra
1 =	Não é possível obter de nenhuma fonte a informação sobre a posse da terra

Diretrizes dos Pontos de Referência: As diretrizes para este indicador refletem duas condições: a disponibilidade de informação sobre a posse da terra e o uso desta informação por parte do gerente. Quando uma área protegida se aproxima da consolidação (ponto de referência 3), em geral deve haver alguma informação sobre posse da terra, mas esta não é utilizada para manejar a reserva. Nos pontos de referência 4 e 5, a informação é utilizada. Os pontos de referência refletem a dificuldade que existe em muitos países para obter informação completa sobre a posse da terra. O uso de informação muitas vezes se reflete na participação do gerente na solução de problemas agrários. Os conflitos de posse de uma área protegida não têm que estar resolvidos para que a área protegida se qualifique para a consolidação. Todavia, os gerentes devem dispor da informação básica para poder participar efetivamente em disputas sobre posse.

## Indicador A5 de Parques em Perigo: Análise de ameaças

Descrição do Indicador: Uma análise sistemática que identifique as ameaças à conservação de uma área protegida, assinale suas origens e proponha estratégias para superá-las é uma ferramenta de manejo essencial para a conservação de uma área protegida. A análise de ameaças estabelece prioridades para a atividade de manejo e, por sua vez, ajuda a dirigir recursos limitados a ações de maior impacto sobre a conservação. Muitas vezes, a análise de ameaças é o fundamento de todas as ações de manejo em uma área protegida determinada. *Para que uma área protegida se considere consolidada, é preciso identificar as ameaças à sua conservação e desenvolver estratégias de manejo para abordar ameaças específicas e prioritárias que põem em perigo a conservação.*

Pontos de Referência:

5 =	Ameaças identificadas, classificadas e abordadas através de ações de manejo
4 =	Ameaças identificadas e classificadas; elaboram-se estratégias específicas para abordar as ameaças prioritárias
3 =	Análise de ameaças realizada; ainda não se elaboraram estratégias específicas para abordar as ameaças
2 =	Análise de ameaças está em processo
1 =	Não existe análise de ameaças

Diretrizes dos Pontos de Referência: Os pontos de referência para este indicador se referem a dois processos vinculados: a análise sistemática de ameaças à conservação de uma área protegida e o desenho de estratégias específicas para abordar ameaças prioritárias. The Nature Conservancy desenvolveu uma metodologia útil para identificar e classificar ameaças, mas não é necessário que se aplique este processo. Qualquer análise sistemática das ameaças à conservação é adequada para alcançar o ponto de referência 3 deste indicador. De modo a alcançar os pontos de referência 4 e 5, é preciso elaborar e implementar estratégias para neutralizar as ameaças da mais alta prioridade.

Produto: A metodologia de The Nature Conservancy para realizar as análises de ameaças é um processo que consta de várias etapas. A primeira identifica e classifica os “objetivos” de conservação da área protegida: as características biológicas e ecológicas que motivaram a criação da área e as razões pelas quais é importante sua consolidação. Em seguida, determinam-se e classificam-se os impactos imediatos ou as “pressões” que incidem nestes objetivos, e depois se determinam e classificam as “fontes” específicas de cada pressão. Este processo permite que os gerentes das áreas protegidas e outras pessoas identifiquem as ameaças prioritárias, que são as fontes das maiores pressões sobre os objetivos da mais alta prioridade. Finalmente, desenvolvem-se estratégias para reduzir o impacto das ameaças de maior magnitude. Supõe-se que estas estratégias constituem a base dos planos de manejo das áreas protegidas. Independentemente da metodologia aplicada, a análise de ameaças deve classificar as ameaças em termos de sua importância e justificar claramente esta classificação.

## Indicador A6 de Parques em Perigo: Declaração oficial de área protegida

Descrição do Indicador: Um decreto oficial é parte fundamental da segurança a longo prazo da maioria de áreas protegidas, mas muitos dos decretos mais antigos contêm imprecisões que debilitam sua capacidade de proteger uma área. Além disso, muitas vezes os limites “corretos” de uma área protegida não estão oficialmente aprovados ou registrados. Alguns decretos demarcam polígonos abertos que não refletem com exatidão a área geográfica que necessita ser protegida. *Nas áreas protegidas consolidadas, os gerentes e os grupos de apoio terão feito todo o possível para obter um decreto eficaz, preciso e com validade legal.*

Pontos de Referência:

5 =	Obteve-se a declaração oficial de área protegida num nível apropriado e os limites da reserva estão corretamente demarcados
4 =	Apresentou-se às autoridades pertinentes a proposta para a declaração oficial da reserva, incluindo a demarcação correta dos limites, mas ainda não se obteve uma declaração
3 =	Está em preparação a proposta para a declaração, incluindo a demarcação correta dos limites da reserva
2 =	Existe um decreto para a área protegida; os limites estão demarcados de forma incorreta
1 =	Não existe um decreto para a área protegida

Diretrizes dos Pontos de Referência: Este indicador pressupõe que os gerentes tenham uma idéia clara sobre quais devem ser os limites “corretos” e mede o progresso na obtenção de uma aprovação oficial dos mesmos. Em muitos casos, a agência conservacionista ou ONG elabora um decreto corrigido (ponto de referência 3) e o promove junto às autoridades responsáveis por emitir decretos (ponto de referência 4). O ponto de referência 5 se refere às áreas protegidas que possuem decretos oficiais que descrevem corretamente os limites da área protegida.

Produto: Quando o decreto oficial é adequado, preenche os requisitos para ser um produto de consolidação. Quando o decreto requer modificações, o produto é a proposta de um novo decreto, tal como apresentado às autoridades pertinentes.

## B. MANEJO DE LONGO PRAZO

### Indicador B1 de Parques em Perigo: Zoneamento da área protegida e manejo da zona de amortecimento

Descrição do Indicador: As áreas protegidas que se baseiam no conceito de reserva de biosfera da UNESCO são habitualmente divididas em zonas que permitem diferentes tipos e intensidades de uso dos recursos. As zonas típicas que se encontram nestas áreas protegidas incluem “núcleos” de acesso proibido e zonas de “amortecimento” de uso múltiplo. Geralmente, os meios de subsistência das pessoas que habitam as zonas de amortecimento são afetados pelos limites e restrições destas diferentes zonas. Portanto, um processo participativo por meio do qual se sugere aos habitantes locais o respeito ao zoneamento da reserva costuma constituir uma parte indispensável do manejo da reserva. Em geral, o plano de manejo da área protegida inclui uma descrição do zoneamento da reserva, incluindo limites e restrições relevantes. *Uma área protegida consolidada terá zonas claramente definidas, como resultado de um processo que inclui os interessados locais, e os usos reais da terra se ajustarão, em sua maioria, a estas zonas.*

Pontos de Referência:

5 =	Definiram-se as zonas da reserva; os padrões de uso da terra se ajustam às normas de uso estabelecidas para as zonas
4 =	Definiram-se as zonas da reserva; os padrões de uso da terra se ajustam, em sua maioria, às normas de uso estabelecidas para as zonas
3 =	Processo participativo em andamento para que os padrões de uso da terra se ajustem às normas de uso estabelecidas para as zonas
2 =	Estão sendo realizados estudos para determinar zonas de uso apropriado
1 =	Não existe uma divisão de zonas de uso dentro da reserva

Diretrizes dos Pontos de Referência: Os pontos de referência deste indicador refletem os passos para o estabelecimento de um zoneamento efetivo da área protegida e da área de amortecimento, mediante um processo que inclui a participação dos interessados locais. O ponto de referência 2 reflete a avaliação de zonas de uso apropriado, baseada em considerações biológicas da área protegida, enquanto o ponto de referência 3 proporciona uma “verificação”, ao incluir no processo a participação dos interessados. O ponto de referência 4 reflete a finalização do processo de zoneamento e indica que no núcleo e nas zonas de amortecimento as restrições de zoneamento estão sendo cumpridas em sua maioria, segundo determina o pessoal que maneja as áreas protegidas. O ponto de referência 5 descreve a medida em que os limites e as restrições são respeitados nestas zonas.

Produto: Em geral, a melhor maneira de apresentar o zoneamento para o uso da terra é em forma de mapas, com uma explicação sobre as restrições que regem cada zona. Pode-se agregar outra informação relevante, como a localização dos marcos e placas para definir limites. As áreas protegidas mais avançadas podem destacar as áreas ou zonas de especial importância biológica.

## **Indicador B2 de Parques em Perigo: Plano de manejo da área protegida a longo prazo**

Descrição do Indicador: Um plano de manejo é uma estratégia explícita para a conservação de uma área protegida. Existem muitos tipos de planos de manejo. Muitas vezes, as agências de manejo de recursos têm um formato oficial estabelecido. Em muitos casos, fazem parte do plano de manejo muitos dos indicadores enumerados no “Scorecard” e entre estes se encontram o plano financeiro, a análise de ameaças, o plano de monitoração, etc. Muitas vezes os planos de manejo existem como documentos completos, mas não são utilizados para guiar o processo verdadeiro de manejo. Um plano de manejo efetivo guia as ações de outros atores, além das ações do administrador do parque. *Para considerar-se consolidada, uma área protegida deve ter um plano de manejo que descreva e justifique uma estratégia de proteção para um mínimo de cinco anos.*

Pontos de Referência:

5 =	Completo-se o plano de manejo no longo prazo que leva em consideração as ameaças externas à área protegida, guiando o manejo da reserva
4 =	Completo-se o plano de manejo no longo prazo, guiando o manejo da reserva
3 =	Completo-se o plano de manejo a longo prazo, mas ainda não foi implementado
2 =	Iniciou-se a preparação do plano de manejo a longo prazo
1 =	Ainda não se começou a elaborar o plano de manejo a longo prazo

Diretrizes dos Pontos de Referência: Os pontos de referência para este indicador refletem o processo de elaboração (pontos de referência 2 e 3) e implementação (ponto de referência 4) de um plano de manejo. Um plano de manejo pode ser um guia para o manejo da reserva quando este constitui a base para os planos anuais de operação, o desenvolvimento de infra-estrutura, as decisões sobre a dotação de pessoal, as estratégias de arrecadação de fundos e outras ferramentas de planejamento a mais curto prazo. Os planos de manejo mais elaborados (ponto de referência 5) levam em consideração todas as ameaças importantes para a reserva que se originam fora da reserva ou além do limite da área protegida, incluindo contaminação de águas, temas políticos, atividades de assentamento, etc.

Produto: O plano de manejo que resulte de um processo de consolidação deve conter (ou compilar) muitos dos produtos apresentados no “Scorecard”. Assim como a análise de ameaças, o plano deve descrever as ameaças prioritárias e as estratégias para reduzi-las. Muitos planos de manejo contêm anexos volumosos, listas de espécies, bibliografias, etc. Isto é menos importante que um plano de ação conciso e bem justificado para manejar a área protegida no médio prazo (aproximadamente cinco anos).

## Indicador B3 de Parques em Perigo: Avaliação de necessidades de ciências para a conservação

Descrição do Indicador: O manejo das áreas protegidas deve basear-se na melhor informação científica disponível. Todavia, freqüentemente não há suficiente informação disponível, e a possibilidade de realizar pesquisas científicas nas áreas protegidas da América latina e do Caribe é limitada. Portanto, é preciso identificar as necessidades científicas de informação para que a investigação se concentre nos temas que os gerentes das reservas realmente necessitam conhecer. Uma primeira necessidade em todas as áreas protegidas é a identificação de metas de conservação na área protegida, sejam as comunidades naturais ou espécies vulneráveis. *Nas áreas protegidas consolidadas, se identificaram sistematicamente as metas de conservação e as necessidades científicas de informação para o manejo efetivo, e se iniciaram contatos com organizações que têm capacidade de abordar estas necessidades.*

Pontos de Referência:

5 =	Organizações científicas e de pesquisa, assim como cientistas e pesquisadores, se coordenam com o gerente da reserva para abordar as necessidades científicas e de informação da mesma
4 =	Identificaram-se, classificaram-se e distribuíram-se os objetivos de conservação e as necessidades científicas e de informação; estabeleceu-se contato com organizações científicas e de pesquisa para abordar estas necessidades
3 =	Os objetivos de conservação e as necessidades científicas e de informação se encontram em processo de identificação e classificação
2 =	Os objetivos de conservação e as necessidades científicas e de informação são conhecidos em termos gerais
1 =	Os objetivos de conservação e as necessidades científicas e de informação são essencialmente desconhecidos

Diretrizes dos Pontos de Referência: Necessita-se de conhecimento básico sobre a situação atual dos objetivos de conservação de uma reserva para priorizar as ameaças. Muitas vezes, é necessário realizar pesquisas adicionais para determinar a natureza exata das ameaças (isto é, extensão, gravidade, fonte, etc.), assim como sua relação com os objetivos e seu impacto nos mesmos. As necessidades de ciências incluem tanto as ciências sociais como as ciências naturais. O ponto de referência 3 reflete a identificação das principais espécies e comunidades naturais, assim como a avaliação constante das necessidades científicas e de informação específicas de uma área protegida. Os pontos de referência 4 e 5 refletem a conclusão de uma identificação sistemática, tanto dos objetivos como das necessidades científicas e de informação, e os diferentes graus de participação das organizações científicas e de pesquisa para abordar as lacunas de informação científica necessária para o manejo efetivo da área protegida.

Produto: A avaliação das necessidades científicas e de informação deve ser um documento breve, baseado na análise de ameaças, identificando e classificando as principais áreas que requerem pesquisa científica para melhorar o manejo da reserva. É apropriado indicar aos investigadores as maiores prioridades de pesquisa. Ainda que usualmente seja conveniente compilar uma bibliografia dos estudos existentes sobre a área protegida, nem todos os temas que não foram estudados se qualificam automaticamente como necessidades. As verdadeiras necessidades científicas de conservação se limitam aos temas que não foram estudados e que *por sua vez* fornecerão informação relevante para o manejo efetivo das áreas protegidas.

## **Indicador B4 de Parques em Perigo: Desenvolvimento e implementação do plano de monitoração**

Descrição do Indicador: A monitoração efetiva acompanha o impacto causado pelas ameaças sobre os “objetos” de conservação e, portanto, permite determinar a eficácia das ações de manejo. É possível realizar diferentes tipos de monitoração nas áreas protegidas. A monitoração pode se concentrar nos objetos de conservação (populações de comunidades naturais e espécies vulneráveis, por exemplo), nas ameaças aos objetivos ou na capacidade administrativa (este “Scorecard”, por exemplo). Para os propósitos da consolidação, a monitoração deve concentrar sua atenção naquelas ameaças para a biodiversidade identificadas e classificadas no processo de análise de ameaças. A monitoração deve avaliar as principais ameaças da maneira mais direta possível, usando variáveis e técnicas de monitoração ao alcance dos gerentes ou grupos de apoio para que estes realizem um acompanhamento contínuo a um custo relativamente baixo. Uma vez identificadas as variáveis, é preciso coletar os dados iniciais que serão a base e o ponto de comparação para os dados solicitados no futuro. *Para considerar-se consolidada, uma área protegida deve monitorar as principais ameaças a seus objetivos de conservação.*

Pontos de Referência:

5 =	Disponibilidade oportuna de informação e análise de monitoração, utilizada pelos gerentes com propósitos de manejo
4 =	Concluiu-se o plano de monitoração; aplicam-se variáveis de monitoração precisas e relacionadas com as ameaças
3 =	Identificaram-se variáveis de monitoração precisas e relacionadas com as ameaças; a informação básica foi solicitada e classificada
2 =	Coletou-se alguma informação básica, mas sem uma relação clara com as principais ameaças
1 =	Não se realizou nenhuma monitoração ambiental relevante

Diretrizes dos Pontos de Referência: No “Scorecard” a monitoração se refere aos dados solicitados em intervalos predeterminados para medir mudanças através do tempo. Algumas vezes, se requer inventários para estabelecer as bases dos programas de monitoração, ainda que nem todos os inventários se qualifiquem como monitoração. Em geral, o ponto de referência 2 se refere a uma etapa onde se coleta informação sem que se realize nenhuma análise de relevância para a monitoração das ameaças. No ponto de referência 3, determinou-se a importância de diferentes dados e se solicita informação relevante; no ponto de referência 4, estes dados são solicitados em intervalos predeterminados e comparados com níveis de base. A monitoração deve considerar a relação com as ameaças de variáveis socioeconômicas e biológicas.

Produto: Os planos de monitoração devem propor as variáveis mais apropriadas a avaliar com base em cada ameaça. Também deve propor as melhores maneiras e a frequência com que se realizará a medição. Em muitos casos, pode-se utilizar informação sobre ameaças que tenha sido solicitada por outros grupos ou agências; estes casos devem constar no plano. A chave de um plano de monitoração efetiva é a escolha de variáveis que sejam indicadores fiéis das ameaças submetidas à medição. Além disso, é importante que a estratégia de monitoração seja viável de acordo com os recursos financeiros disponíveis.

## C. FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO

### Indicador C1 de Parques em Perigo: Plano de auto-suficiência da ONG

Descrição do Indicador: Um dos princípios fundamentais do programa Parques em Perigo é que a conservação efetiva de uma área protegida se baseia na cooperação entre os setores públicos e privado. Por tal motivo, uma das metas do programa é ajudar as organizações não governamentais (ONGs) a obter um grau de auto-suficiência financeira que lhes permita continuar funcionando indefinidamente como defensores da proteção de reservas, seja como gerentes destas, como parceiros da agência governamental responsável ou de alguma outra maneira. *Uma área protegida consolidada contará com o apoio de uma ONG local que tenha desenvolvido, começado a implementar e esteja monitorando uma estratégia para alcançar sua própria auto-suficiência econômica.*

Pontos de Referência:

5 =	A ONG está implantando plenamente um plano para alcançar a auto-suficiência operacional e os resultados correspondem aproximadamente às metas estabelecidas
4 =	A ONG completou um plano de auto-suficiência operacional e iniciou a implantação e a monitoração dos resultados
3 =	A ONG está completando um plano de auto-suficiência operacional
2 =	A ONG está iniciando um plano de auto-suficiência operacional
1 =	A ONG carece de um plano para alcançar a auto-suficiência operacional

Diretrizes dos Pontos de Referência: Os pontos de referência para este indicador refletem as etapas no processo de desenvolvimento de um plano de auto-suficiência para a ONG dedicada à conservação da área protegida. Os pontos de referência 2 e 3 refletem etapas específicas no desenvolvimento de um plano de auto-suficiência. No ponto de referência 4, os grupos concluíram um plano e começaram a implantá-lo; também iniciaram o acompanhamento dos resultados, para verificar se estes correspondem às metas financeiras estabelecidas no plano. O ponto de referência 5 corresponde às metas estabelecidas.

Produto: Um plano de auto-suficiência deve analisar os custos operacionais fixos de uma organização em um período de cinco anos e compará-los com as fontes de recursos para as operações durante o mesmo período. Entre as fontes de renda é preciso incluir um plano de ação para implementar estratégias específicas de geração de renda. O plano de ação deve estabelecer montantes específicos de renda para as diferentes estratégias, a fim de permitir que a organização monitore seus resultados.

## **Indicador C2 de Parques em Perigo: Plano para o financiamento a longo prazo da área protegida**

Descrição do Indicador: Um plano financeiro de longo prazo é um componente indispensável de uma estratégia bem sucedida de conservação no longo prazo. O plano deve identificar uma base de financiamento diversa que cubra as atividades de manejo básico da reserva. O acesso às fontes sustentáveis e/ou recorrentes de fundos será diferente para cada área protegida. Para algumas áreas protegidas talvez não existam opções viáveis de financiamento sustentável ou recorrente. Estas áreas protegidas devem ser analisadas para constatar sua viabilidade. O processo de planejamento financeiro deve identificar as melhores opções disponíveis para cada área protegida e elaborar uma estratégia para alcançá-las. As fontes devem incluir verbas orçamentárias do país anfitrião, taxas de entrada ou doações dos visitantes, tarifas de uso, concessões, doações capitalizadas, fontes múltiplas e plurianuais de financiamento externo, etc. Em geral, os gerentes terão que passar meses ou até anos de trabalho preparatório, até que se comece a receber a renda proveniente destas fontes. *Para que uma área protegida se considere consolidada, deve iniciar a implantação de medidas para encontrar fontes recorrentes e/ou sustentáveis de financiamento .*

Pontos de Referência:

5 =	Completou-se o plano financeiro de longo prazo; dispõe-se de uma carteira diversificada de fontes de financiamento e mecanismos para cobrir os custos de manejo básico da reserva
4 =	Completou-se o plano financeiro de longo prazo; estão sendo implantadas fontes e mecanismos recorrentes e/ou sustentáveis para cobrir os custos de manejo básico da reserva
3 =	Completou-se o rascunho do plano financeiro; identificaram-se fontes e mecanismos recorrentes e/ou sustentáveis para cobrir os custos de manejo básico da reserva
2 =	Há um planejamento financeiro em progresso
1 =	Não há indícios de um planejamento financeiro nem da diversificação de fontes de financiamento

Diretrizes dos Pontos de Referência: Os pontos de referência para este indicador refletem o processo de planejamento financeiro para cobrir os custos de manejo básico da reserva. No ponto de referência 2, este processo foi iniciado. No ponto de referência 3, concluiu-se a elaboração da versão preliminar de um documento que identifica as melhores opções potenciais para a segurança financeira da área protegida. No ponto de referência 4, os gerentes e os grupos de apoio iniciaram a implantação de algumas destas opções de financiamento, ainda que não necessariamente estejam recebendo receitas de todas estas. No ponto de referência 5, estas fontes opcionais proporcionam renda suficiente para cobrir os custos básicos e recorrentes da reserva.

Produto: Um plano financeiro de longo prazo para uma área protegida contém projeções dos custos operacionais da área protegida e suas fontes de renda e deve responder às seguintes perguntas: Quanto custará o manejo básico da reserva durante os próximos 3 a 5 anos? De onde provirão os fundos para cobrir estes custos? Que ações devem ser empreendidas, quando e por quem, para assegurar que haja suficiente financiamento disponível para cobrir os custos administrativos básicos da reserva? Todas estas ações, juntas, constituem o plano financeiro para a reserva.

## D. APOIO DOS GRUPOS LOCAIS

### Indicador D1 de Parques em Perigo: Comitê de manejo (CM) e/ou comitê assessor técnico (CAT) de base ampla

Descrição do Indicador: Os comitês de manejo ou assessoria técnica permitem que os interessados na área da reserva (incluindo, entre outros, as comunidades locais) participem no processo de manejo da reserva. A presença de um comitê deste tipo indica abertura por parte dos gerentes para incorporar e abordar as preocupações dos interessados. Existem muitos tipos de comitês administrativos e consultivos que vão desde comitês de apoio (“Amigos do Parque”) até conselhos representativos formais formulados para assegurar uma participação ampla. A autoridade conferida a estes comitês também varia extensamente; alguns são estritamente consultivos, enquanto outros estão habilitados a tomar decisões em muitos assuntos que incidem na segurança e manejo da reserva. Em geral, a participação de um comitê no manejo de uma reserva é um processo gradual - e às vezes conflituoso. Os gerentes das áreas protegidas e as leis locais usualmente estabelecem o papel exato que o comitê deve desempenhar numa área protegida. *Para que uma área protegida se considere consolidada, deve ter um comitê consultivo ou de manejo integrado pelos principais interessados que participe nas decisões de manejo da reserva.*

Pontos de Referência:

5 =	O comitê consultivo é um participante ativo nas decisões de manejo da reserva
4 =	O comitê consultivo inclui os principais interessados e ocasionalmente participa em decisões de manejo da reserva
3 =	Identificaram-se os principais interessados; formou-se o comitê consultivo
2 =	O comitê consultivo se encontra em processo de integração; está sendo feita uma análise dos interessados na reserva
1 =	Não existe comitê consultivo

Diretrizes dos Pontos de Referência: Para os propósitos deste “Scorecard”, a representação e a participação são das características integrais para a eficácia de todo comitê consultor ou de manejo. Um comitê que funciona da forma descrita no ponto de referência 4 representa os interessados mais importantes e é participativo. Em geral, entre os interessados se encontram as comunidades da área da reserva, assim como empresas, órgãos governamentais, universidades e outras entidades. Recomenda-se avaliar cuidadosamente os interessados para poder formar um comitê consultor efetivo. As medidas de participação podem incluir solicitações para consultar os membros do comitê sobre planos de manejo, planos operacionais, planos orçamentários, etc. A participação mais ativa (ponto de referência 5) deve incluir a participação do comitê no planejamento e/ou elaboração do orçamento de atividades de manejo. Além disso, este comitê pode desempenhar um papel legal claramente definido quanto ao manejo e pode participar frequentemente e sistematicamente das decisões.

## **Indicador D2 de Parques em Perigo: Participação comunitária no uso compatível dos recursos**

Descrição do Indicador: Nas áreas protegidas onde as comunidades estão dentro dos respectivos limites ou imediatamente adjacentes, a conservação da biodiversidade depende de que estas comunidades usem os recursos naturais da área protegida de uma maneira compatível com as metas de conservação da biodiversidade da área protegida. Pode-se gerar apoio dos grupos ativos locais respaldando o desenvolvimento de programas que promovam o uso compatível dos recursos através de organizações comunitárias. *Nas áreas protegidas consolidadas, os principais grupos comunitários da área da reserva (ou outros grupos interessados) participam em projetos piloto para o uso compatível dos recursos locais, e estes projetos piloto são documentados de tal maneira que podem ser reproduzidos em outras partes.*

Pontos de Referência:

5 =	Projetos piloto bem documentados para o uso compatível dos recursos são empreendidos em cooperação com importantes organizações comunitárias
4 =	Os projetos piloto bem documentados para o uso compatível dos recursos incluem as organizações comunitárias (ou outros interessados importantes)
3 =	Os projetos piloto para o uso compatível dos recursos incluem comunidades ou moradores individuais; os resultados do projeto estão sendo documentados
2 =	O desenvolvimento de projetos piloto para o uso compatível dos recursos está em processo, mas não inclui as comunidades
1 =	Não se está trabalhando no desenvolvimento de projetos piloto para o uso compatível dos recursos

Diretrizes dos Pontos de Referência: As diretrizes para este indicador enumeram diferentes níveis de participação por parte de indivíduos e organizações comunitárias (grupos de agricultores, cooperativas de pesca, organizações indígenas, etc.) e diferentes níveis de documentação que permitirão que os projetos de uso compatível dos recursos sejam reproduzidos em outros lugares. O ponto de referência 3 é alcançado quando as comunidades participam em projetos piloto, documentando-se os resultados do projeto. O ponto de referência 4 descreve a participação da comunidade organizada em projetos de uso compatível dos recursos, assim como a documentação dos mesmos. O ponto de referência 5 descreve projetos que incluem as principais organizações regionais e/ou associações presentes na área. Este indicador se baseia no pressuposto de que somente mediante a colaboração com organizações comunitárias (ou, em alguns casos, outros interessados importantes) um projeto piloto poderá influenciar suficientes usuários dos recursos para provocar uma redução significativa das ameaças à biodiversidade.

Produto: A documentação dos projetos piloto pode ser feita de muitas formas; todavia, deve descrever, no mínimo, os tipos de projeto que se desenvolvem com organizações comunitárias, assim como as metas e os métodos dos projetos e os resultados gerais alcançados. Pode-se escrever um breve “estudo de caso” ou um documento similar para o intercâmbio com outros grupos que buscam promover alternativas de desenvolvimento compatível na mesma área protegida ou outras áreas protegidas afastadas. Em geral, os projetos piloto bem documentados podem ser reproduzidos com maior facilidade, o que contribui para multiplicar o impacto de cada projeto.

## **Indicador D3 de Parques em Perigo: Desenvolvimento da agenda política no nível nacional, regional e local**

Descrição do Indicador: As áreas protegidas podem apoiar a conservação da diversidade biológica na medida em que as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais permitam que estas áreas protegidas prosperem e funcionem com eficácia. Por tal motivo, um dos objetivos do programa Parques em Perigo é trabalhar com parceiros governamentais e organizações não governamentais para garantir a existência, em níveis apropriados, de políticas de apoio à conservação de áreas protegidas. *Nas áreas protegidas consolidadas, foram identificadas as políticas necessárias para apoiar a segurança no longo prazo da área protegida e está sendo implantado um plano para promovê-las.*

Pontos de Referência:

5 =	As políticas de conservação que promovem a segurança do parque são aplicadas em todos os níveis apropriados.
4 =	Concluiu-se o plano de políticas de conservação para promover a segurança do parque; as políticas são aplicadas em alguns níveis
3 =	Concluiu-se o plano para assegurar políticas de conservação apropriadas
2 =	Não se desenvolveu um plano formal para promover políticas de conservação apropriadas; todavia, empreenderam-se ações de desenvolvimento de políticas para promover a segurança do parque de acordo com as necessidades
1 =	Não estão sendo tomadas medidas para desenvolver ou promover políticas de conservação para segurança do parque

Diretrizes dos Pontos de Referência: O ponto de referência 2 descreve uma estratégia oportuna para buscar políticas de conservação em cada caso e segundo se apresente a necessidade de trabalhar em políticas específicas de apoio à área protegida. O ponto de referência 3 se refere a um enfoque mais sistemático e proativo de análise das políticas necessárias para apoiar a conservação da área protegida. O ponto de referência 4 é alcançado quando se concluiu a análise realizada no ponto de referência 3 e se buscam políticas apropriadas, ainda que não necessariamente em todos os níveis necessários; o ponto de referência 5 indica a promoção de reformas relevantes de políticas de conservação em todos os níveis apropriados.

Produto: Uma agenda política é uma estratégia escrita que descreve as atividades relacionadas com as políticas que devem ser abordadas para garantir a segurança no longo prazo da área protegida. Muitas vezes, a análise de ameaças pode servir como guia para esta estratégia; os gerentes das áreas protegidas e os grupos de apoio podem analisar as ameaças prioritárias e determinar as ações necessárias na área política para reduzir ou atenuar estas ameaças. Um inventário das políticas que incidem na reserva também pode constituir uma ferramenta analítica útil. De maneira similar, uma agenda política pode examinar as funções dos diferentes órgãos governamentais com jurisdição em temas que afetam a reserva.

## **Indicador D4 de Parques em Perigo: Programas de educação ambiental**

Descrição do Indicador: A educação ambiental ou trabalho de “extensão” é uma parte indispensável do manejo de áreas protegidas. O apoio dos interessados locais no que se refere aos objetivos de conservação pode depender de sua compreensão destes objetivos. A educação ambiental cobre uma ampla gama de atividades. Muitas vezes, o denominador comum é uma explicação sistemática sobre a importância da área protegida e sobre as regras e regulamentações relacionadas a esta. Alguns programas de educação estão dirigidos a estudantes; outros, a populações de adultos. Os gerentes devem determinar o público apropriado e depois desenhar ou guiar os programas de educação de maneira correspondente. *Para que uma área protegida se considere consolidada, deve ter programas estabelecidos de educação ou extensão.*

Pontos de Referência:

5 =	É possível estabelecer um impacto positivo dos programas de educação ambiental
4 =	Há programas estabelecidos de educação ambiental, mas não se concluiu a avaliação formal do impacto
3 =	Estão sendo realizados programas de educação ambiental
2 =	Estão sendo desenvolvidos programas de educação ambiental
1 =	Não estão se desenvolvendo programas de educação ambiental

Diretrizes dos Pontos de Referência: Um programa de educação ambiental estabelecido (ponto de referência 4) se refere àquele que se manteve vigente por mais de um ano e que fez múltiplas tentativas de comunicar sua mensagem básica aos moradores locais e a outros interessados na área protegida, incluindo interessados dos setores público e privado. Os programas de curto prazo ou mais esporádicos correspondem ao ponto de referência 3. Este “Scorecard” não pretende julgar a eficácia dos diferentes enfoques, ainda que um programa de extensão dirigido especificamente à redução de certas ações ou condutas que criam ameaças tem maiores possibilidades de contribuir às metas da reserva. Os programas mais avançados incluem uma avaliação formal de seu impacto (ponto de referência 5).

Esta publicação foi possível graças ao apoio do Escritório de Desenvolvimento Regional Sustentável, Divisão de América Latina e Caribe, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), conforme as condições das Doações Nos. LAG-A-00-95-00026-00 e EDG-A-00-01-00023-00 para o programa Parques em Perigo. As opiniões aqui expressadas pertencem ao autor (ou autores) e não refletem necessariamente as da USAID.



Escritório Mundial  
4245 North Fairfax Drive  
Suite 100  
Arlington, Virginia  
22203-1606

Foto: Jaguatirica, Peru, Amazonas  
Connie Gelb/TNC

